Click to verify



```
A tributação para empresas optantes do Simples Nacional possui suas características. O Código de Situação da Operação do Simples Nacional (CSOSN) é um componente crucial nesse processo. O CSOSN determina a forma como os impostos serão calculados, sendo fundamental para a conformidade fiscal e otimizar a gestão tributária. Neste artigo,
você encontrará um guia completo sobre o CSOSN, incluindo as diferenciações entre CSOSN e CST. Além disso, forneceremos orientações práticas para evitar as rejeições frequentes que surgem do uso incorreto desses códigos fiscais. Aprofunde-se neste tema essencial para garantir que sua empresa opere de maneira eficiente e em conformidade
com a legislação tributária. O CSOSN (Código de Situação da Operação do Simples Nacional) é um código de classificação de operações para optantes do Simples Nacional. Ele é utilizado, principalmente, para determinar a forma de tributação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Segundo os ajustes feitos no SINIEF, o
CSOSN deve estar especificado na: Entretanto, segundo o ajuste, o CSOSN será usado apenas se o Código do Regime Tributário, o código do Regime Tributário, o código do Situação Tributária). Usar o código errado pode fazer com que sua nota fiscal seja
rejeitada, por exemplo. Isso pode causar dores de cabeça, como multas ou até bloqueios nas emissões de novas notas. Além disso, usar corretamente pode ajudar a pagar apenas o que você deve em impostos, sem surpresas. Os dois códigos são usados em situações distintas e podem impactar bastante o dia a dia da sua empresa. CSOSN é um código
exclusivo para empresas que fazem parte do Simples Nacional. Ele é mais fácil de aplicar e calculado de uma forma simplificada. Já o CST (Código de Situação Tributária) é voltado para empresas que seguem outros regimes, como Lucro Presumido ou Lucro Real. Assim, se sua empresa está no Simples Nacional, você deve se concentrar no CSOSN.
Aplicação prática: O CSOSN é usado principalmente em vendas de mercadorias e serviços. Ele mantém o cálculo dos impostos de forma menos complicada. Uso do CST: Abrange várias situações tributárias, inclusive aquelas com alíquotas específicas ou isenções tributárias, inclusive aquelas com plicada. Uso do CST: Abrange várias situações tributárias, inclusive aquelas com alíquotas específicas ou isenções. Isso torna o CST mais complexo, mas necessário para quem está fora do Simples.
Impacto financeiro: Usar o código errado pode resultar em multas ou problemas com a Receita. Um erro pode significar um custo elevado para a empresa, seja em forma de ajustes fiscais ou penalidades. Por isso, é importante contar com o apoio de um contador para garantir que tudo está certo. A resposta depende de alguns fatores. O primeiro
passo é consultar o regime tributário que a empresa está enquadrada e quais os impostos. Uma dica valiosa é conversar sempre com o seu contador. Ele pode trazer informações e esclarecer qualquer dúvida sobre qual código usar. Além disso, ele garante que a sua empresa esteja
sempre de acordo com as regras fiscais atuais. Por fim, sempre que surgir uma nova operação, revisite o código que você usou antes. As regras podem mudar e é importante que sua empresa esteja sempre atualizada e cumprindo todas as exigências fiscais. O ajuste SINIEF propõe o uso da tabela A, válida para CSOSN e CST com a origem de cada
produto. ONacional, exceto as indicadas nos códigos 3 a 51Estrangeira - Importação direta, exceto a indicada no código 62Estrangeira - Adquirida no mercado interno, exceto a indicada no código 73Nacional, mercadoria ou bem com Conteúdo de Importação superior a 40%4Nacional, cuja produção tenha sido feita em conformidade com os processos
produtivos básicos de que tratam o Decreto-Lei nº 288/67 e as Leis nºs 8.248/91, 8.387/91, 10.176/01 e 11.484/075Nacional, mercadoria ou bem com Conteúdo de Importação direta, sem similar nacional, constante em lista de Resolução CAMEX7Estrangeira - Adquirida no mercado interno, sem
similar nacional, constante em lista de Resolução CAMEX 00Tributação Integral 10Tributação com cobrança de ICMS por substituição tributação e com cobrança de ICMS por substituição tributação de base de cálculo 30Isenção ou não tributação com redução de base de cálculo 30Isenção ou não tributação com cobrança de ICMS por substituição tributação e com cobrança de ICMS por substituição tributação de base de cálculo 30Isenção ou não tributação com cobrança de ICMS por substituição tributação e com cobrança de ICMS por substituição tributação de base de cálculo 30Isenção ou não tributação com cobrança de ICMS por substituição tributação tributação tributação com cobrança de ICMS por substituição tributação tributação tributação com cobrança de ICMS por substituição tributação tributação
Mercadorias e Serviços cobrados anteriormente por meio de substituição tributária 70 Redução de Dase de Crédito 102 Tributação pelo Simples sem Permissão de Crédito 103 Isenção do ICMS no Simples para receita bruta 201 Simples sem Permissão de Crédito 103 Isenção do ICMS no Simples para receita bruta 201 Simples sem Permissão de Crédito 103 Isenção do ICMS no Simples para receita bruta 201 Simples sem Permissão de Crédito 103 Isenção do ICMS no Simples para receita bruta 201 Simples sem Permissão de Crédito 103 Isenção do ICMS no Simples para receita bruta 201 Simples sem Permissão de Crédito 103 Isenção do ICMS no Simples para receita bruta 201 Simples sem Permissão de Crédito 103 Isenção do ICMS no Simples para receita bruta 201 Simples sem Permissão de Crédito 103 Isenção do ICMS no Simples para receita bruta 201 Simples sem Permissão de Crédito 103 Isenção do ICMS no Simples para receita bruta 201 Simples sem Permissão de Crédito 103 Isenção do ICMS no Simples para receita bruta 201 Simples sem Permissão de Crédito 103 Isenção do ICMS no Simples para receita bruta 201 Simples sem Permissão de Crédito 103 Isenção do ICMS no Simples para receita bruta 201 Si
Nacional com Permissão de Crédito e ICMS por substituição tributária203Isenção do ICMS por substituição tributaria203Isenção do ICMS por substituição tributaria203Isenção do ICMS por substituição do ICMS por substituiçã
anteriormente por substituição tributária900Outros. (neste código estão todas as operações que não se encaixam nos demais já citados). As principais rejeições de nota fiscal relacionadas ao CSOSN são: Rejeição 384 - CSOSN não permitido para a UF Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 384 - CSOSN são: Rejeição 385 - Item com CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não permitido para o CSOSN são: Rejeição 386 - CFOP não
informado Rejeição 591 - Informado CSOSN para emissor que não é do Simples Nacional (CRT diferente de 1 ou 4) Rejeição 600 - CSOSN incompatível na operação com Não Contribuinte Primeiro, é importante escolher o código CSOSN incompatível na operação com Não Contribuinte Primeiro, é importante escolher o código CSOSN incompatível na operação com Não Contribuinte Primeiro, é importante escolher o código CSOSN incompatível na operação com Não Contribuinte Primeiro, é importante escolher o código CSOSN incompatível na operação com Não Contribuinte Primeiro, é importante escolher o código CSOSN incompatível na operação com Não Contribuinte Primeiro, é importante escolher o código CSOSN incompatível na operação com Não Contribuinte Primeiro, é importante escolher o código CSOSN incompatível na operação com Não Contribuinte Primeiro, é importante escolher o código CSOSN incompatível na operação com Não Contribuinte Primeiro, é importante escolher o código CSOSN incompatível na operação com Não Contribuinte Primeiro, é importante escolher o código CSOSN incompatível na operação com Não Contribuinte Primeiro, é importante escolher o código CSOSN incompatível na operação com Não Contribuinte Primeiro, é importante escolher o código CSOSN incompatível na operação com Não Contribuinte Primeiro, é importante escolher o código CSOSN incompatível na operação com Não Contribuinte Primeiro, é importante escolher o código CSOSN incompatível na operação com Não CSOSN incompatível na operação com
sua empresa está vendendo para outra empresa, o código é diferente de uma venda para o consumidor final. Outro ponto importante é a conformidade com o regime tributário. O CSOSN é específico para empresa do Simples Nacional. Se a sua operação não se enquadrar nesse regime, a nota será rejeitada. Verifique sempre se sua empresa e a
operação estão corretamente cadastradas no Simples Nacional. Revisar a nota fiscal antes da emissão também é essencial. Informações como o CNPJ do destinatário ou a descrição do produto devem estar corretas e completas. Erros simples, como esquecer um dígito no CNPJ, podem levar a rejeições desnecessárias. Por fim, esteja sempre atualizado
com as mudanças na legislação. A legislação do Simples Nacional pode mudar, e é vital acompanhar essas mudanças para evitar problemas. Uma boa relação com seu contador pode ajudar bastante nesse aspecto. Código CSOSN incorreto: Considere sempre a natureza de cada operação. Desconformidade com o regime tributário: Garanta que suas
operações são compatíveis com o Simples Nacional. Erros nas informações da nota: Revise todos os dados antes de emitir a nota fiscal. Atualizações na legislação: Fique sempre atento às mudanças para manter a conformidade fiscal. Atualizações na legislação: Fique sempre atento às mudanças para manter a conformidade fiscal. Atualizações na legislação: Fique sempre atento às mudanças para manter a conformidade fiscal. Atualizações na legislação: Fique sempre atento às mudanças para manter a conformidade fiscal. Atualizações na legislação: Fique sempre atento às mudanças para manter a conformidade fiscal. Atualizações na legislação: Fique sempre atento às mudanças para manter a conformidade fiscal. Atualizações na legislação: Fique sempre atento às mudanças para manter a conformidade fiscal. Atualizações na legislação: Fique sempre atento às mudanças para manter a conformidade fiscal. Atualizações na legislação: Fique sempre atento às mudanças para manter a conformidade fiscal. Atualizações na legislação: Fique sempre atento às mudanças para manter a conformidade fiscal. Atualizações na legislação: Fique sempre atento às mudanças para manter a conformidade fiscal. Atualizações na legislação: Fique sempre atento às mudanças para manter a conformidade fiscal. Atualizações na legislação figurações na legisl
detalhes pode evitar complicações com o fisco. Chegamos ao final do artigo, e agora você já sabe mais sobre o CSOSN. Entendeu suas definições e diferenças em relação ao CST, além de dicas para evitar rejeições na emissão de notas fiscais. O ponto principal é que a escolha correta do código CSOSN é vital para manter a saúde financeira da sua
empresa. Isso ajuda a evitar multas e complicações fiscais, facilitando a gestão tributária do negócio. Com essas informações em mãos, como você pode aplicar esse conhecimento no seu dia a dia? Pense em qual código utilizar nas suas operações e como isso pode impactar a conformidade fiscal da sua empresa. Não deixe de se aprofundar mais no
assunto e sempre que possível, busque a ajuda de um contador. Está pronto para colocar tudo isso em prática? Vamos juntos garantir que sua empresa esteja sempre em dia com suas obrigações fiscais! No universo complexo da tributação brasileira, poucos elementos são tão importantes — e desafiadores — quanto a CSOSN 500. Esse código fiscal,
específico para empresas optantes pelo Simples Nacional, representa muito mais do que apenas uma classificação tributária. Microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) encontram no CSOSN 500 um mecanismo fundamental para realizar corretamente a escrituração fiscal. Em contrapartida, a complexidade desse código fiscal exige um
conhecimento técnico profundo e com constantes atualizações. Portanto, compreender suas nuances pode significar a diferença entre uma gestão tributária eficiente e possíveis riscos de autuações fiscais. Na NFE.io é possíveis riscos de autuações fiscais. Na NFE.io é possíveis riscos de autuações fiscais.
conectando diretamente com a nossa API. Nesse artigo, entenda o que é e para que serve o CSOSN 500, como calculá-lo e qual o momento ideal para utilizá-lo. Além disso, compreenda quais as diferenças entre CST e CSOSN e qual é o impacto dos códigos na apuração de impostos para as empresas. Vamos lá? O que é e qual a importância do Código
de Situação da Operação do Simples Nacional (CSOSN)? O CSOSN se refere a um conjunto numérico de 4 dígitos que empresas optantes pelo Simples Nacional utilizam para identificar a forma correta de tributação de suas operações nas emissões de notas fiscais. Vale destacar que o 1º dígito indica a origem da mercadoria ou serviço e os três
últimos representam a tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Confira a seguir a tabela de Origem da Mercadoria ou Serviço, também conhecida como tabela "A": Dígitos Origem da Mercadoria ou Serviço, também conhecida como tabela "A": Dígitos Origem da Mercadoria ou Serviço, também conhecida como tabela "A": Dígitos Origem da Mercadoria ou Serviço, também conhecida como tabela "A": Dígitos Origem da Mercadoria ou Serviço, também conhecida como tabela "A": Dígitos Origem da Mercadoria ou Serviço, também conhecida como tabela "A": Dígitos Origem da Mercadoria ou Serviço, também conhecida como tabela "A": Dígitos Origem da Mercadoria ou Serviço, também conhecida como tabela "A": Dígitos Origem da Mercadoria ou Serviço, também conhecida como tabela "A": Dígitos Origem da Mercadoria ou Serviço, também conhecida como tabela "A": Dígitos Origem da Mercadoria ou Serviço, também conhecida como tabela "A": Dígitos Origem da Mercadoria ou Serviço, também conhecida como tabela "A": Dígitos Origem da Mercadoria ou Serviço, também conhecida como tabela "A": Dígitos Origem da Mercadoria ou Serviço, também conhecida como tabela "A": Dígitos Origem da Mercadoria ou Serviço, também conhecida como tabela "A": Dígitos Origem da Mercadoria ou Serviço, também conhecida como tabela "A": Dígitos Origem da Mercadoria ou Serviço (Bartis ou Serviço) (Bartis 
no código 6. 2 Estrangeira — Adquirida no mercado interno, exceto a indicada no código 7. 3 Nacional, mercadoria ou bem com Conteúdo de Importação superior a 40% e inferior ou igual a 70%. 4 Nacional, cuja produção tenha ocorrido em conformidade com os processos produtivos básicos de que tratam o Decreto-Lei nº 288/67 e as Leis nºs
8.248/91, 8.387/91, 10.176/01 e 11.484/07. 5 Nacional, mercadoria ou bem com Conteúdo de Importação inferior ou igual a 40%. 6 Estrangeira — Importação direta, sem similar nacional, constante em lista de Resolução CAMEX. 8 Nacional
mercadoria ou bem com conteúdo de importação superior a 70% O CSOSN é importante para empresas optantes do Simples Nacional, porque define a tributário aplicável. Qual a diferença entre CSOSN e CST? A principal distinção entre o
CSOSN e o CST (Código de Situação Tributária) está em suas finalidades. Enquanto o CSOSN é exclusivo para determinar a alíquota de ICMS em operações de empresas do Simples Nacional, CST serve para os demais negócios de diferentes regimes tributários, como Lucro Presumido e Lucro Real. Em contrapartida, ambos indicam a situação
tributária de uma mercadoria ou serviço e definem se há tributação padrão, isenção, redução de base de cálculo, entre outras condições. São informações cruciais para o preenchimento correto de notas fiscais e a apuração de impostos. A seguir, descubra quais são os códigos CSOSN. Tabela CSOSN Número do CSOSN Finalidade 101 Venda de
produção do estabelecimento 102 Venda de mercadoria adquirida de terceiros 103 Venda de mercadoria com isenção, mas com cobrança de ICMS por substituição tributária 300 Não
tributada pelo ICMS 400 Isenta de ICMS 500 Com redução da base de cálculo do ICMS 900 Outras situações não especificadas Tabela de equivalência entre CSOSN e CST A tabela de equivalência entre CSOSN e CST facilita a conversão entre os códigos fiscais que as empresas do Simples Nacional usam e aquelas que operam no regime normal de
tributação (Lucro Presumido ou Lucro Real). Número do CSOSN CST 101 00 Tributada Integralmente 20 Com redução de Base de Cálculo 102 40 Isenta 41 Não tributada 50 Suspensão 51 Diferimento 103 00 Na NFE.io você conta com emissão de notas fiscais de serviço em massa via Excel. O que acha? 20 40 41 50 51 201 10 Tributada e com
cobrança do ICMS por substituição tributária 70 Com redução da Base de Cálculo e cobrança do ICMS por substituição tributária 70 Com redução da Base de Cálculo e cobrança do ICMS por substituição tributária 70 Com redução da Base de Cálculo e cobrança do ICMS por substituição tributária 70 Com redução da Base de Cálculo e cobrança do ICMS por substituição tributária 70 203 10 30 70 300 00 20 40 41 Não tributária 70 Com redução da Base de Cálculo e cobrança do ICMS por substituição tributária 70 Com redução da Base de Cálculo e cobrança do ICMS por substituição tributária 70 Com redução da Base de Cálculo e cobrança do ICMS por substituição tributária 70 Com redução da Base de Cálculo e cobrança do ICMS por substituição tributária 70 Com redução da Base de Cálculo e cobrança do ICMS por substituição tributária 70 Com redução da Base de Cálculo e cobrança do ICMS por substituição tributária 70 Com redução da Base de Cálculo e cobrança do ICMS por substituição tributária 70 Com redução da Base de Cálculo e cobrança do ICMS por substituição tributária 70 Com redução da Base de Cálculo e cobrança do ICMS por substituição tributária 70 Com redução da Base de Cálculo e cobrança do ICMS por substituição tributária 70 Com redução da Base de Cálculo e cobrança da ICMS por substituição tributária 70 Com redução da ICMS por substituição da ICMS por s
Outras situações não especificadas. Lembre-se de que aplicar adequadamente qualquer um desses códigos é fundamental para manter a regularidade tributária, agilizar processos e garantir a segurança fiscal dos negócios. E, com base no fato de que cada código tem uma função, confira a seguir o que é e para que serve o CSOSN 500. O que é e para
que serve o CSOSN 500? O CSOSN 500 é um código para a aplicação em operações nas quais o recolhimento do ICMS por Substituição Tributária (ST) ocorre na entrada da mercadoria ou serviço. O O código é exclusivo para o uso de empresas ME e EPP em revendas internas de produtos como eletrônicos, combustíveis ou autopeças. E quando usar o
CSOSN 500? Confira a seguir! Quando usar o CSOSN 500 com segurança? Antes de aplicar o código, é importante: confirme se a empresa é optante pelo Simples Nacional; consulte se
o produto está na lista de mercadorias sujeitas à substituição tributária no seu estado; assegure-se de que a empresa é a responsável pelo recolhimento. Os portais das Secretarias da Fazenda (SEFAZ) estaduais disponibilizam ferramentas de consulta online para verificar produtos sujeitos à ST, com a função "Consulta de Produtos Sujeitos à a responsável pelo recolhimento."
Substituição Tributária". A seguir, veja um infográfico que explica o passo a passo para utilizar essa ferramenta. (INSERIR INFOGRÁFICO) Quais as regras específicas para a aplicação do CSOSN 500, que tem relação ao regime de Substituição
Tributária (ST). Embora o uso do código seja uniforme em todo o país, as legislações estaduais podem impor condições adicionais ou restrições. Abaixo estão alguns exemplos de particularidades estaduais. São Paulo: O estado tem regulamentações detalhadas sobre a aplicação do ICMS-ST, o que inclui a obrigação de preenchimento de campos
específicos na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) para operações com esse código; Minas Gerais: Exige a inclusão de informações complementares na NF-e, como o valor do Sul: O estado conta com regras específicas para a utilização dos dígitos em
operações interestaduais e exige a correta identificação do contribuinte substituído; Paraná: Define critérios adicionais para a aplicação do código em operações com destinatários não contribuintes, exceto nas situações previstas
na legislação. Exemplos de CSOSN 500 Para que você entenda melhor o uso desse tipo de código, separamos alguns exemplos de CSOSN 500. Venda de mercadoria com ICMS-ST já recolhido Uma loja de roupas do Simples Nacional vende uma camiseta para um consumidor final. O fabricante ou distribuidor já recolheu o ICMS anteriormente.
Revenda de produtos sujeitos à substituição tributária Um supermercado compra refrigerantes de um distribuidor que já recolheu o ICMS-ST. Ao vender para o cliente, a venda tem seu registro com CSOSN 500, pois o imposto já foi pago. Operações com combustíveis Outro exemplo de CSOSN 500: um posto de gasolina do Simples Nacional quando
vende gasolina para um cliente. Nesse caso, a refinaria já recolheu o ICMS-ST antes da venda final. Produtos eletrônicos vende um smartphone que já teve o ICMS-ST pago pelo fabricante. E para qualquer um desses exemplos, é preciso saber a maneira correta de como calcular o CSOSN 500. Veja no
próximo tópico. Como calcular o CSOSN 500? Para saber como calcular o CSOSN 500, é desejável consultar um contador especialista, pois o cálculo do ICMS-ST pode ter particularidades de acordo com o produto/serviço, da operação e do estado da transação. De maneira geral, é preciso seguir as seguintes etapas de cálculo do ICMS por
substituição tributária: determine a base de cálculo da substituição tributária com a equação (BC-ST) = valor da operação própria. Lembre-se
de que o ICMS da operação própria geralmente é isento para empresas do Simples Nacional; indique o CSOSN 500 e o valor do ICMS-ST nos campos específicos da nota fiscal; recolha o ICMS-ST por meio da guia própria conforme prazos da legislação estadual. As MVAs e alíquotas também variam conforme o produto e o estado. Portanto, é
imprescindível consultar as regras fiscais do local de destino da mercadoria. Quais são os CFOPs permitidos com CSOSN 500? O Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP) é uma sequência de 4 dígitos que identifica a natureza de circulação dos produtos ou da prestações (CFOP) é uma sequência de 4 dígitos que identifica a natureza de circulação dos produtos ou da prestações (CFOP) é uma sequência de 4 dígitos que identifica a natureza de circulação dos produtos ou da prestações (CFOP) é uma sequência de 3 dígitos que identifica a natureza de circulação dos produtos ou da prestações (CFOP) é uma sequência de 4 dígitos que identifica a natureza de circulação dos produtos ou da prestações (CFOP) é uma sequência de 3 dígitos que identifica a natureza de circulação dos produtos ou da prestações (CFOP) é uma sequência de 3 dígitos que identifica a natureza de circulação dos produtos ou da prestações (CFOP) é uma sequência de 3 dígitos que identifica a natureza de circulação dos produtos ou da prestações (CFOP) é uma sequência de 3 dígitos que identifica a natureza de circulação dos produtos ou da prestações (CFOP) é uma sequência de 3 dígitos que identifica a natureza de circulação dos produtos ou da prestações (CFOP) é uma sequência de 3 dígitos que identifica a natureza de circulação dos produtos ou da prestação dos produtos ou da prestação do 3 dígitos que identifica a natureza de 3 dígitos de 3 dígito
os códigos CFOP com vínculo a esse CSOSN são essenciais para empresas do Simples Nacional sujeitas à Substituição tributária; CFOP 5.656: para venda
de combustível ou lubrificante de terceiros diretamente ao consumidor final; CFOP 5.667: para comercialização de combustível ou lubrificante para consumidores finais com localização em outra unidade da Federação. Como os outros códigos, a escolha correta do CFOP também é de extrema importância para garantir a tributação exata e o
cumprimento das obrigações fiscais. Qual o impacto dos códigos na apuração de impostos? Os códigos como CSOSN, CST, CFOP e CRT desempenham um papel crucial na apuração de impostos porque determinam como será o tratamento das operações comerciais sob o regime tributário. Além disso, influenciam diretamente no cálculo dos tributos
Entre os fatores de impacto desses códigos, estão: Correta identificação tributária Os códigos classificam cada operação de acordo com a legislação. Base de cálculo do imposto Códigos ajudam a determinar a base de cálculo de tributos como ICMS,
houve o recolhimento do imposto em etapas anteriores da cadeia produtiva, o que evita a duplicação de pagamento. Em contrapartida, erros na utilização dos códigos geram multas e penalidades decorrentes da apuração dos tributos. Por isso, entre as melhores práticas para evitar problemas, estão: consultar tabelas de equivalência: relacionar CST e
CSOSN corretos com base no regime tributário e tipo de operação; validar regras estaduais: verificar exigências locais para códigos como o CSOSN 500; automatizar processos: utilizar softwares de gestão fiscal para reduzir erros manuais. Outra importante medida para se prevenir de possíveis erros é monitorar as últimas mudanças na legislação
fiscal. Com a aprovação da Reforma Tributária e por meio do Informe Técnico RT 2024.001, o governo implementará mudanças nos códigos para atender aos novos tributos e outras possíveis alterações nas legislações estaduais e municipais. Como sistemas de gestão auxiliam na aplicação correta dos códigos? Agora que você sabe o que, para que
serve e quando usar o CSOSN 500, uma importante ferramenta para a aplicação correta dos códigos é um sistema de gestão fiscal. Esses softwares oferecem diversas funcionalidades que garantem maior precisão e conformidade nas operações fiscals, como: automatização de classificações fiscals que reduzem erros humanos na seleção de códigos;
atualização constante da legislação tributária que mantém os códigos utilizados; geração de relatórios e análises que auxiliam a verificar a aplicação correta dos códigos fiscais; integração com sistemas governamentais para facilitar a
transmissão de documentos com códigos corretos. Como já mencionamos, o CSOSN 500 exige atenção especial em sua aplicação. Um sistema de gestão consegue identificar automaticamente quando se utiliza esse código e considera a natureza da operação e o regime tributário do contribuinte. Para empresas que buscam uma solução completa para
a gestão fiscal e correta aplicação do código, a NFE.io oferece uma plataforma robusta e em constante atualização. Com o sistema, sua empresa pode automatizar processos fiscais, garantir a conformidade com a legislação e evitar problemas com o fisco. Não arrisque com aplicações incorretas de códigos fiscais. Conheça a NFE.io e descubra como
nossa solução pode simplificar sua gestão fiscal e economizar tempo. Entre em contato com um de nossos especialistas! CSOSN é a sigla para Código de Operação do Simples Nacional e trata-se de uma lista enumerada de operação que não há alguma classificação enquadrada a situação que estabelece critérios tributários para cada situação que não há alguma classificação enquadrada de operação do Simples Nacional e trata-se de uma lista enumerada de operação do Simples Nacional e trata-se de uma lista enumerada de operação enquadrada para Código de Operação enquadrada para Código de Operação enquadrada para Código de Operação do Simples Nacional e trata-se de uma lista enumerada de operação enquadrada para Código de Operação do Simples Nacional e trata-se de uma lista enumerada de operação enquadrada para Código de Op
no regime do Simples Nacional.O CSOSN é composto por 4 dígitos: 1 que indica a origem da mercadoria ou serviço e 3 referentes à Situação da Operação no Simples Nacional, com exceção das indicadas nos códigos 8, 5, 4 e 310rigem
estrangeira de importação direta, com exceção das indicadas no código 730rigem nacional, com Conteúdo de Importação maior do que 40% e menor ou igual a 70%40rigem nacional, produzido de acordo com o Processo Produtivo
Básico indicado nas Leis nº 11.484/2007, 8.387/1991, 10.176/2001 e 8.248/1991; e no Decreto-lei nº 288/675Origem nacional, com Conteúdo de Importação direta que conste na lista de Resolução Camex e gás natural, sem semelhante nacional70rigem estrangeira de importação indireta
(comprada no mercado nacional) que conste na lista de Resolução Camex e gás natural, sem semelhante nacional8Origem nacional com Conteúdo de Importação maior do que 70%O CSOSN será usado na Nota Fiscal somente quando o Código de Regime Tributário (CRT) for igual a "1" e substituirá os códigos da tabela B — Tributação pelo ICMS do
Anexo Código de Situação Tributária (CST) do Convênio SINIEF S/N, de 15 de dezembro de 1970. É fundamental ficar atento à classificação da mercadoria comercializada para manter-se dentro da regularidade e evitar confusão com o Fisco. Basicamente, o CSOSN serve para identificar a origem da mercadoria e como a sua operação de comércio
deve ser tributada e o regime de tributação (Lucro Real, Lucro Presumido, MEI e Simples Nacional) da operação em questão. Ele deve ser utilizado na emissão de documentos fiscais eletrônicos, como a NF-e, sempre que o Código de Regime Tributário (CRT) for igual a 1. Conforme o Ajuste SINIEF (Sistema Nacional Integrado de Informações
Econômico-Fiscais), o código CSOSN é de suma importância, pois ele deve constar tanto na Nota Fiscal de Produtor Eletrônica (NF-e), quanto na Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NF-e), quanto na Nota Fiscal de Produtor Eletrônica (NF-e), quanto na Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NF-e), quanto na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), quanto na Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NF-e), quanto na Nota Fiscal Elet
usado pelas empresas que optam pelo Simples Nacional. A semelhança entre ambos os códigos é que eles características de tributação: se será padrão, se será isenta ou se terá redução de base de cálculo, por exemplo. Qualquer erro na classificação destes produtos
pode gerar prejuízos para a empresa, pois os gestores podem pagar impostos que não deveriam ser pagos, ou deixar de pagar aqueles que deveriam ser pagos por falta de conhecimento. Além disso, podem ser acarretados problemas fiscais, inclusive com a geração de multas aos responsáveis pelo pagamento errado. Logo, é mais do que necessário
fazer a aplicação correta dos códigos para uma gestão fiscal eficaz. Por conta disso, trazemos a seguir uma tabela com os dados que servem de orientação para integrar um produto com relação ao CSOSN e ao CST.O Código 1) deve
se atentar aos dados pertencentes ao CSOSN. Observe: A partir dessa escolha, a opção CSOSN abre dez ramificações de alternativa, sendo cada uma delas ligada a um tipo de segmento, ficando a cargo do gestor da empresa enquadrar o seu produto. Códigos (Dígitos) Descrição 101 Tributação pelo Simples com Permissão de Crédito 102 Tributação pelo
Simples sem Permissão de Crédito 103 Isenção do ICMS no Simples para receita bruta 201 Simples Nacional com Permissão de Crédito e com cobrança de ICMS por substituição tributária 203 Isenção do ICMS no Simples para faixa da Receita Bruta e com cobrança de
ICMS por substituição tributária 300 Imunidade 400 Não tributária 300 Imunidade 400 Não tributária pelo CRT que aquele contribuinte que optasse pelo Regime Normal — representado pelo Código "3" —
necessitaria observar os dados referentes ao CST. Este código pretende reconhecer a situação tributária relativa ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de cada mercadoria na operação praticada. Relembrando, no caso do CST existe a tabela "B", conforme estipulação do Convênio de 15-12-70- SINIEF. A tabela "A", como foi
dito anteriormente, serve para fazer a identificação da origem do produto — que pode ser nacional, importação de Mercadorias e Serviços (ICMS), como exposto a seguir:Códigos (Dígitos)Descrição00Tributação Integral.10Tributação com
cobrança de ICMS por substituição tributária.20Tributação com redução de base de cálculo.30Isenção ou não tributária.40Isento.41Não tributária.20Tributação de Mercadorias e Serviços cobrados anteriormente por meio de substituição tributária.70Redução
de base de cálculo e cobrança do ICMS por substituição tributária.900utros. Se tiver interesse em consultar o CSOSN referente à sua mercadoria, siga os passos abaixo: Consultar a tabela oficial de CSOSNA Receita Federal do Brasil disponibiliza uma tabela oficial com todos os códigos CSOSN e suas descrições. Caso já tenha a nota fiscal do produto,
basta consultar o documento para achar o CSOSN que, por sua vez, estará disponível em campo de mesmo nome na NF-e. Consultar o site do fabricante e do vendedor o fabricante ou o vendedor do produto também pode fornecer o CSOSN do produto em seu site ou em materiais informativos. Contar com ajuda profissional Mais um método para
descobrir o CSOSN de seu produto é pedir ajuda de contadores ou demais profissionais especializados em tributação. A resposta pode variar, pois, em alguns casos, há mercadorias que são imunes e outras que são imunes e outr
código específico, baseado nos anteriores. Para evitar erros, consulte as tabelas acima. Por fim, é recomendável conhecer o regime de tributação da empresa, entre Simples Nacional (CSOSN) Item com CSOSN indevido. Quando
for emitida uma NFC-e com CSOSN diferente da lista abaixo, vira a rejeição relatada:102 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito;103 - Isenção do ICMS no Simples Nacional;500 - ICMS cobrado anteriormente por substituição tributária
(substituído) ou por antecipação;900 - Outros (a critério da UF). As duas exceções à regra são quando, a critério da Unidade Federativa (UF), for aceito CSOSN igual a 900 = Outros. O outro caso excepcional é para notas fiscais com datas de emissão anteriores a 1º de abril de 2016. Para resolver o problema, deve-se verificar o CSOSN de ICMS
(Simples Nacional). No caso de NFC-e é permitido somente o uso do CSOSN igual à 102, 103, 300, 400, 500 ou 900 (a critério da UF). Para autorizar a NFC-e, será necessário alterar o CSOSN informado. A rejeição 384 é para CSOSN não permitido para a UF. Este é o tipo de erro que
ocorre quando uma Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) for emitida com o CSOSN igual a 103 (isenção do ICMS no Simples Nacional para receita bruta) ou 400 (não tributado pelo Simples). Uma vez que esses dois códigos dependem dos critérios específicos do Estado, eles podem ser aceitos ou não. Caso a resposta seja negativa, virá a
rejeição em questão. Para resolver o problema, será necessário trocar estes códigos por um dos seguintes, que também costumam ser aceitos para operações em NFC-e:102 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito;300 - Imune;500 - ICMS cobrado anteriormente por substituição tributária ou por antecipação;900 - Outros (a
critério da UF).CFOP não permitido para o CSOSN informado. Há duas validações para a Rejeição 386. A seguir, a descrição das duas situações em que haverá rejeição. Quando for emitida uma NFC-e com o Código de Situação da Operação — Simples Nacional (CSOSN) igual à:102 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito;103
Isenção do ICMS no Simples Nacional;900 - Outros (a critério da UF).e o CFOP for diferente de:5.101 - Venda de produção do estabelecimento, efetuada fora do
estabelecimento; 5.104 - Venda de mercadoria adquirida ou recebida anteriormente em consignação mercantil. Para resolver, é necessário informar um CFOP que se adeque à sua operação. Para tanto, veja a descrição de cada CFOP permitido para o
CSOSN em uso. Quando for emitida uma NFC-e com o Código de Situação da Operação - Simples Nacional (CSOSN) igual à:500 - ICMS cobrado anteriormente por substituído) ou por antecipação.e o CFOP for diferente de:5.405 - Venda de mercadoria de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de mercadoria de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de mercadoria de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de mercadoria de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de mercadoria de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de mercadoria de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de mercadoria de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de mercadoria de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de mercadoria de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de mercadoria de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de mercadoria de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de mercadoria de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de mercadoria de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de mercadoria de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de terceiros, sujeita a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de terceiros a ST, como contribuinte substituído; 5.656 - Venda de terceiros a ST, como contr
combustível ou lubrificante de terceiros, para consumidor final;5.667 - Venda de combustível ou lubrificante a consumidor ou usuário final estabelecido em outra unidade da Federação. Assim como na primeira situação, confira a descrição de CFOP adequada para o CSOSN em uso. Esta é a rejeição de CSOSN incompatível na operação de Não
Contribuinte. Ela ocorre quando uma empresa classificada como CSOSN emite uma Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica para um destinatário não contribuinte do ICMS e com códigos diferentes dos listados abaixo:102 - Tributação SN, com isenção para faixa de receita bruta;300 - Imune;400 - Não
tributada pelo Simples Nacional;500 - ICMS cobrado anteriormente por substituição tributária ou por antecipação. Somos um ecossistema de soluções para a emissão e gestão de documentos fiscais. Nossos recursos permitem que empresa possui
desenvolvedores, sistema interno e quer otimizar a emissão de notas? Conheça nosso conjunto de APIs para emissão de documentos fiscais!Converse já com a nossa equipe! A seguir, algumas das perguntas mais frequentes quando se pensa em CSOSN. É o 103, que significa a isenção do ICMS no Simples Nacional para faixa de receita bruta. CSOSN
101 é a empresa tributada pelo Simples Nacional com permissão de crédito. Nesse código, classificam-se todas as operações que permitem a alíquota devida do ICMS ao Simples Nacional e o valor de crédito correspondente. O CSOSN 102, por sua vez, é o código que enquadra as empresas tributadas pelo Simples Nacional sem permissão de
crédito. As operações relacionadas a esse código não permitem a indicação da alíquota do ICMS e também são as que não estão abrangidas conforme os critérios dos seguintes código CSOSN influencia diretamente no cálculo dos tributos de uma operação do Simples Nacional. Além disso, ele está atrelado a uma tributação
específica, definindo quais impostos e contribuições incidem em uma venda e qual o percentual de cada um deles. Sim. Isso é possível em situações como erros no lançamento da CSOSN, mudança da situações como erros no lançamento da CSOSN, mudança da situações como erros no lançamento de mar. de 2025 A Tabela do CSOSN (Código despectable)
Situação da Operação do Simples Nacional) é uma ferramenta fundamental para as empresas optantes pelo Simples Nacional no Brasil. Compreender essa tabela é essencial para a correta apuração de tributos e para garantir que as empresas estejam em conformidade com a legislação tributária brasileira. Neste artigo, vamos explorar o que é a
tabela do CSOSN, como utilizá-la, quais códigos existem e qual a importância dessa tabela para os empreendedores. O que é o CSOSN? O CSOSN é um código que informa a situação tributária da empresa no regime do Simples Nacional. Ele é direcionado especificamente para as operações de venda de mercadorias e serviços, permitindo que os
empreendedores e contadores classifiquem corretamente as suas operações e identifiquem a tributação que deve ser aplicada. Essa classificação é necessária para o correto preenchimento da Nota Fiscal Eletrônica (NFE) e tem implicações diretas no cálculo do imposto devido. Importância do CSOSNEntender e aplicar corretamente o CSOSN é
crucial para todas as empresas que operam no Simples Nacional. A escolha do código errado pode resultar em erros na apuração de tributos, levando a pagamento a maior ou a menor, além de possíveis multas e autuações por parte da Receita Federal. Portanto, é muito importante que os empresários e seus contadores estejam sempre atualizados em
relação às tabelas e códigos aplicáveis. A Tabela do CSOSNA tabela CSOSN é composta por diversos códigos, cada um representando uma situação de tributação específica. Essas situações variam de acordo com a atividade da empresa, a localidade e o tipo de operação realizada, podendo envolver a venda de produtos, serviços ou até operações de
importação. Códigos da Tabela CSOSNOs códigos do CSOSN são: 101 - Tributada pelo Simples Nacional com permissão de crédito; 102 - Tributada pelo Simples Nacional com permissão de crédito; 103 - Isenta do ICMS; 201 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito; 103 - Isenta do ICMS; 201 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito; 103 - Isenta do ICMS; 201 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito; 103 - Isenta do ICMS; 201 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito; 103 - Isenta do ICMS; 201 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito; 103 - Isenta do ICMS; 201 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito; 103 - Isenta do ICMS; 201 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito; 103 - Isenta do ICMS; 201 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito; 103 - Isenta do ICMS; 201 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito; 103 - Isenta do ICMS; 201 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito; 103 - Isenta do ICMS; 201 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito; 103 - Isenta do ICMS; 201 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito; 103 - Isenta do ICMS; 201 - Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito; 103 - Isenta do ICMS; 201 - Isenta d
Nacional sem permissão de crédito, com contrato de prestação de serviços;203 - Isenta do ICMS, com contrato de prestação de serviços.Como Acessar a Tabela Completa do CSOSN é disponibilizada pela Receita Federal e pode ser acessada por meio do site oficial. Para facilitar o acesso à tabela, siga os passos:Acesse o site da
Receita Federal: Receita Federal. Navegue até a seção dedicada ao Simples Nacional. Busque pela Tabela do CSOSN ou Tabela do CS
tabela, já que novos códigos podem ser adicionados e outros podem ser alterados.Como Usar a Tabela do CSOSN de forma eficaz, é vital entender como e quando aplicar cada um dos códigos. O uso correto dos códigos deve ser feito no preenchimento da Nota Fiscal Eletrônica, que tem campos específicos
para a indicação do CSOSN.Passo a Passo para Preenchimento da Nota Fiscal com CSOSNIdentificação do Produto ou Serviço: Comece identificação do Produto ou Serviço que será comercializado. É importante saber a natureza da operação e a situação tributária correspondente.Consulta à Tabela CSOSN: Acesse a tabela CSOSN para encontrar o
código que se aplica à sua operação. Certifique-se de que está visualizando a versão mais atualizada da tabela. Preenchimento da Nota Fiscal: No campo específico para o CSOSN da Nota Fiscal; insira o código correspondente que você identificou. Este passo é fundamental para garantir que a receita estadual correta seja apurada. Conferência Final:
Antes de finalizar a emissão da Nota Fiscal, faça uma conferência completa, assegurando-se de Que todos os dados, incluindo o CSOSN, estão corretos. Exemplos Práticos de Utilização Exemplo 1: Venda de Produtos de Comércio Para uma empresa que vende mercadorias e tem direito a crédito, o correto seria utilizar o código 101. Ao emitir uma nota
fiscal, a empresa deve inserir o CSOSN 101 para informar que a operação é tributada pelo Simples Nacional e que permite a apuração de CEWS, ela deverá utilizar o código 103 na Nota Fiscal. Nesse caso, a empresa deve seguir o mesmo
processo de identificação na tabela e preenchimento da NFE.Consequências da Utilização Incorreta do CSOSNUsar o CSOSNUsar o CSOSNUsar o comuns incluem a aplicação de tributos errados e a geração de multas e autuações fiscais. Isso pode afetar diretamente a saúde
 financeira da empresa, além de comprometer a sua regularidade tributária.Multas e AuditoriasA legislação prevê multas para casos de omissão ou erro na apuração de tributos relacionados ao Simples Nacional. Além disso, empresas podem ser auditadas pela Receita Federal, e a utilização incorreta do CSOSN é um dos pontos que costuma ser
analisado durante essas auditorias. Portanto, a correta aplicações futuras. Conclusão da tabela é crucial para evitar complicações futuras. Conclusão da tabela do CSOSN é uma parte vital do regime tributário do Simples Nacional e deve ser usada com atenção e precisão. Compreender os códigos e suas respectivas aplicações ajuda os empreendedores a evitarem
problemas futuros com a Receita Federal, além de garantir o correto cumprimento das obrigações tributárias. Ao seguir as melhores práticas e manter-se atualizado sobre as mudanças na legislação, sua empresa poderá operar de maneira mais segura e eficiente. Perguntas Frequentes (FAQ)O que é CSOSN?CSOSN é a sigla para Código de Situação de Situaçõo de Situação de Si
da Operação do Simples Nacional. É utilizado para classificar as operações de venda de mercadorias e serviços no regime do Simples Nacional. É importante garantir que você está consultando a versão
atualizada. Quais são os principais códigos do CSOSN?Os principais códigos do CSOSN incluem: 101 (Tributada com crédito), 102 (Tributada sem crédito), 103 (Isenta do ICMS), entre outros. O que acontece se eu usar um código CSOSN inadequado pode resultar em erros na apuração de tributos, o que pode levar à
aplicação de multas e autuações pela Receita Federal. Como posso garantir que estou utilização do CSOSN é consultar a tabela frequentemente, entender as operações realizadas pela sua empresa e, se necessário, buscar a orientação de um contador. Referências Se você emite nota
fiscal, já deve ter ouvido falar do CSOSN. O Código de Situação da Operação do Simples Nacional deve constar em todas as notas fiscais das empresas que usam o Simples Nacional como sua forma de tributação. Por meio desse código, é possível organizar a incidência dos impostos e, também, de que forma eles serão cobrados. Apesar de ser um
tema recorrente, e da ciência dos empreendedores em todo o Brasil, não é todo mundo que sabe, a fundo, o significado da tabela em questão e sua aplicação diária nas empresas. Afinal de contas, por parecer um tema burocrático, muita gente deixa esse assunto somente para a contabilidade e acaba não entendendo, de fato, o tema e a sua
importância. Pensando em tirar as suas dúvidas, a Sygma Sistemas preparou esse guia completo sobre o Código de Situação da Operação do Simples Nacional) é um código utilizado em
documentos fiscais, como a Nota Fiscal Eletrônica (NFe), destinado às empresas optantes pelo Simples Nacional. Esse código indica a natureza da operação de venda ou prestação de serviços, influenciando diretamente no cálculo dos tributos a serem recolhidos. Ele é composto por quatro dígitos e, diferentemente do CST (Código de Situação
Tributária), é exclusivamente aplicável às empresas que estão sob o regime tributário do Simples Nacional. Desde o ajuste publicado pela CONFAZ, em 2005, esse código deve constar na Nota Fiscal de Produtor Eletrônica, Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, e no Cupom Fiscal Eletrônico. Diante disso, vale sempre conhecer a categoria da sua
mercadoria comercializada e manter as regularidades perante à Receita Federal. É por meio desse código que se pode identificar a situação tributária de toda mercadoria comercializada no nosso país. Com ele, o empresário conseque verificar, de maneira mais precisa, o valor dos impostos que incidem os produtos que vende. Isso é muito importante
para o balanço financeiro da empresa, sendo possível mensurar quanto daquele produto é imposto pago, o que faz uma grande diferença na contabilidade do negócio regido pelo Simples Nacional. Isso porque, quando é feito o pagamento incorreto dos
tributos, o empresário pode desencadear uma série de problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa quer ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa que ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa que ter problemas com o Fisco - e nenhuma empresa que ter problem
diferentes no Brasil. O Código de Situação da Operação do Simples Nacional, é específico para empresas optantes pelo Simples Nacional. Ele define a tributação e as particularidades da operação fiscal para esse regime, simplificando o pagamento de impostos em uma única guia. Já o CST, Código de Situação Tributária, é voltado para empresas que
não estão enquadradas no Simples Nacional, como aquelas que estão no regime de lucro presumido ou lucro real. Esse código é utilizado para indicar a tributação de PIS, COFINS, IPI e ICMS, detalhando qual a situação tributária de cada operação fiscal. Essencialmente, enquanto o CSOSN é um indicador para micro e pequenas empresas
simplificadas, o CST é utilizado pelas demais empresas, cada um desempenhando um papel fundamental para o correto enquadramento tributário nas operações fiscais. Experimente grátis o Emissor de NFe Rural A tabela CSOSN é formada por uma combinação de diferentes códigos, que conta com a discriminação da Situação Operacional do
Simples Nacional e a aplicação de cada código. Para utilizar o código do Regime Tributário da Empresa, que é classificado em: CRT 1: optantes pelo Simples Nacional; CRT 2: optantes pelo Simples Nacional; CRT 3: optantes pelo Simples Nacional que o sublimite de receita bruto fixado; CRT 3: optantes por outros regimes
de tributação. Confira, a seguir, quais os códigos de interesse para empresas que devem usar o Código de Situação da Operação do Simples Nacional: Aqui, a empresa é tributada pelo Simples Nacional com permissão de crédito. Nesse código, classificam-se as operações que permitem a alíquota devida do ICMS ao Simples Nacional e o valor de
crédito correspondente. O código 102 é o que enquadra as empresas tributadas pelo Simples Nacional sem permissão de crédito. As operações relacionadas a esse código 102 é o que enquadra as empresas tributadas pelo Simples Nacional sem permissão de crédito. As operações relacionadas a esse código 102 é o que enquadra as empresas tributadas pelo Simples Nacional sem permissão de crédito. As operações relacionadas a esse código 102 é o que enquadra as empresas tributadas pelo Simples Nacional sem permissão de crédito. As operações relacionadas a esse código 102 é o que enquadra as empresas tributadas pelo Simples Nacional sem permissão de crédito. As operações relacionadas a esse código 102 é o que enquadra as empresas tributadas pelo Simples Nacional sem permissão de crédito. As operações relacionadas a esse código 102 é o que enquadra as empresas tributadas pelo Simples Nacional sem permissão de crédito. As operações relacionadas a esse código 102 é o que enquadra as empresas tributadas pelo Simples Nacional sem permissão de crédito. As operações relacionadas a esse código 102 é o que enquadra as empresas tributadas pelo Simples Nacional sem permissão de crédito. As operações relacionadas a esse código 102 é o que enquadra as empresas tributadas pelo Simples Nacional sem permissão de crédito. As operações relacionadas a esse código 102 é o que enquadra as empresas tributadas pelo Simples Nacional sem permissão de crédito. As operações relacionadas esta en experimenta de complexa e constante de complexa e constante de complexa e constante de complexa e constante de c
ocorre a isenção do ICMS, no Simples Nacional, para faixa de receita bruta. Ou seja, ficam classificadas neste código conta com permissão de crédito e com
cobrança do ICMS por substituição tributária. Ficam classificadas, então, no código 201, as operações que permitem a indicação da alíquota ICMS devido pelo Simples Nacional, bem como o seu valor de crédito, e com cobrança do imposto por substituição tributária. Nesse caso, ao contrário do código anterior, a empresa é tributada pelo Simples
Nacional sem permissão de crédito e com cobrança do ICMS por substituição tributária. Importante lembrar que as empresas também não podem estar abrangidas pelos códigos: 103; 203; 300; 400; 500; 900. No 203, estamos falando da isenção do ICMS no Simples Nacional para faixa de receita bruta e com cobrança por substituição tributária. No
caso do código 300, a empresa é imune. Ou seja, ficam classificadas nesse código as operações praticadas pelo Simples Nacional não de empresas não tributadas pelo Simples Nacional. Nesse código, se classificam as operações praticadas por optantes pelo Simples Nacional não
sujeitas à tributação pelo ICMS, dentro do Simples Nacional. A tributação rural para pessoa física e pessoa jurídica costumam ter a cobrança deste imposto. Veja a lista completa de tributos cobrados para produtores rurais PJ. No código 500, o ICMS é cobrado anteriormente por substituição tributária ou por antecipação. Ou seja, nesse código se
enquadram as operações sujeitas exclusivamente à substituição tributária em caráter de substituto tributário ou de antecipação. Já no CSOSN, ficam classificadas todas as outras operações demais que não se enquadram nos códigos anteriores. Uma vez realizando essa análise do que será tributado, de acordo com a produção do seu negócio, os
conceitos vão parecer menos confusos. É claro que é essencial contar com uma assessoria contábil para direcionar todos os relatórios financeiros da sua empresa, principalmente conforme ela for aumentando seu porte. Ainda assim, é importante para o empresário estar familiarizado com os códigos e suas especificações, evitando erros de
contabilidade e explicações à Receita. Conheça também o ITR (Imposto Territorial Rural) e sua importância. Cada empresa conta com suas características, então não há uma resposta que direcione, com exatidão, qual Código de Situação da Operação do Simples Nacional deve ser usado, no geral. Há casos em que a maioria das mercadorias
comercializadas é tributada; outras vezes, completamente isentas. No entanto, um passo a passo mais simples que pode ajudar, nesses casos, é o que listamos abaixo; verifique sempre o regime de tributação da empresa; confira também todos os impostos pertinentes; alinhe ao código tributário específico com base nas informações; se puder, busque
ajuda de um contador. Vale destacar que ter um sistema de emissão de notas fiscais prático e fácil de usar, como o da Sygma Sistemas, facilita a classificação do Código de Situação da Operação do Operação do Simples Nacional e evita rejeições na hora de usar! Essa rejeições na hora de usar! Essa rejeição ocorre quando há erro no preenchimento do Código de Situação da Operação do Operação do Simples Nacional e evita rejeições na hora de usar! Essa rejeição ocorre quando há erro no preenchimento do Código de Situação da Operação do Simples Nacional e evita rejeições na hora de usar! Essa rejeição ocorre quando há erro no preenchimento do Código de Situação da Operação do Simples Nacional e evita rejeições na hora de usar! Essa rejeição ocorre quando há erro no preenchimento do Código de Situação da Operação do Simples Nacional e evita rejeições na hora de usar! Essa rejeição ocorre quando há erro no preenchimento do Código de Situação da Operação do Simples Nacional e evita rejeições na hora de usar! Essa rejeição ocorre quando há erro no preenchimento do Código de Situação da Operação do Simples Nacional e evita rejeições na hora de usar! Essa rejeição ocorre quando há erro no preenchimento do Código de Situação da Operação do Simples Nacional e evita rejeições na hora de usar la extra de la ex
Simples Nacional nas notas fiscais eletrônicas. Tal problema pode acontecer por usar um código da tabela inapropriado, para a natureza da transação da nota fiscal pelo sistema de processamento da Secretaria da Fazenda. Aproveite para saber como preencher NFe e evitar
problemas fiscais! Confira a lista abaixo: Rejeição 600: CSOSN incompatível na operação com Não Contribuinte; Rejeição 384: CSOSN não permitido para a UF. Vamos falar um pouco mais sobre essas duas rejeições logo abaixo. O erro de número 600 ocorre quando uma NF-e é emitida para Destinatário Não Contribuinte do ICMS, e com o código
que não são os citados a seguir: 102: Tributação Simples Nacional sem permissão de crédito; 103: Tributação Simples Nacional com isenção não tributável pelo Simples Nacional; 500: ICMS cobrado anteriormente por substituição tributária ou por antecipação. Para resolver um
caso de rejeição 600, faça uma verificação quanto ao destinatário: se ele realmente faz parte dessa categoria. É possível fazer essa consulta no site da SINTEGRA. No caso da verificação resultar em um destinatário e adicione a sua própria Inscrição
Estadual. Ainda sobre a Rejeição 600, existem algumas poucas exceções a essa regra: Não se aplica às operações com CFOP de conserto ou reparo, ou de remessa para demonstração dentro do Estado; Não se aplica às operações com CFOP de conserto ou reparo, ou de remessa para demonstração dentro do Estado; Não se aplica às operações com CFOP de conserto ou reparo, ou de remessa para demonstração dentro do Estado; Não se aplica às operações com CFOP de conserto ou reparo, ou de remessa para demonstração dentro do Estado; Não se aplica às operações com CFOP de conserto ou reparo, ou de remessa para demonstração dentro do Estado; Não se aplica às operações com CFOP de conserto ou reparo, ou de remessa para demonstração dentro do Estado; Não se aplica às operações com CFOP de conserto ou reparo, ou de remessa para demonstração dentro do Estado; Não se aplica às operações com CFOP de conserto ou reparo, ou de remessa para demonstração dentro do Estado; Não se aplica às operações com CFOP de conserto ou reparo, ou de remessa para demonstração dentro do Estado; Não se aplica às operações com CFOP de conserto ou reparo, ou de remessa para demonstração dentro do Estado; Não se aplica às operações com CFOP de conserto ou reparo, ou de remessa para demonstração dentro do Estado; Não se aplica às operações com CFOP de conserto de cons
uma NFC-e com CSOSN de códigos 103 ou 400, mas esses códigos não são permitidos no estado de origem. Nesse caso, a validação depende da própria UF. Assim, quando a Unidade Federativa optar por não validar o código, é possível substituir por alguns dos códigos abaixo: 102: Tributação pelo Simples Nacional sem permissão de crédito; 300:
Imune de tributação; 500: ICMS cobrado anteriormente por substituição tributária ou por antecipação; 900: Outros, a critério da própria UF. Outra forma para corrigir a rejeição 384 é emitir uma NF-e, mantendo o código previamente informado e não permitido pela NFC-e do estado em questão. Mais uma vez, lembramos de uma exceção à regra:
Não se aplica a notas fiscais emitidas antes de 01/04/2016. Os códigos de CST, os de Situação do Simples Nacional), mas podem ser analisados de maneira individual, dependendo de cada produto. Sabemos que existem produtos que podem ser isentos, imunes e até não tributados em ICMS no DAS (Declaração de Arrecadação do Simples Nacional), mas podem ser
tributados em um regime autônomo. Porém, aqui, ficam de fora esses produtos que são substituição tributária e que possuem CST específicos. Confira, abaixo, o código da tabela do Simples Nacional que deverá ser destacado e o CST a ser usado, em cada caso: 101: 00 (Tributada Integralmente), 20 (Com redução de Base de Cálculo), 90 (Outras);
102: 00 (Tributada Integralmente), 20 (Com redução de Base de Cálculo), 90 (Outras); 103: 40 (Isenta ou não tributada e com cobrança de ICMS), 90 (Outras); 201: 10 (Tributada e com cobrança de ICMS), 90 (Outras); 202: 10
(Tributada e com cobrança de ICMS de substituição tributária), 30 (Isenta ou não tributada e com cobrança de ICMS), 90 (outras); 203: 10 (Tributada e com cobrança de ICMS de substituição tributária), 30 (Isenta ou não tributada e com cobrança do ICMS por
substituição tributária), 70 (com redução da Base de Cálculo de Cobrança de ICMS), 90 (outras); 300: 40 (Isenta), 41 (Não tributária); 900: 00 (Tributada Integralmente), 20 (Com redução de Base de Cálculo), 51 (Diferimento), 90 (Outras). Escolher o código
da tabela correto é de extrema importância para as empresas do Simples Nacional, visto que isso assegura o recolhimento correto dos tributos e evita inconformidades fiscais. Um CSOSN inadequado pode levar a erros de tributação, o que resulta pagamento insuficiente ou excessivo de impostos e, consequentemente, multas e juros. Também
impacta diretamente na emissão de notas fiscais eletrônicas (NF-e), pois o uso incorreto pode causar rejeições do documento fiscal, causando transtornos operacionais e atrasos nas operações comerciais da empresa. Portanto, o código adequado garante conformidade com as normas tributárias, agilidade nas transações e segurança fiscal para os
negócios. Confira mais esclarecimentos sobre o CSOSN, a partir de uma série de dúvidas e respostas que deixamos logo abaixo: O 101 deve ser utilizado por empresas do Simples Nacional que têm direito à isenção do ICMS nas operações internas. Já o CSOSA 102 é empregado quando a empresa não tem direito à isenção do ICMS nas operações internas.
redução de base de cálculo, seja em operações internas ou interestaduais, servindo como um código genérico de tributação pelo Simples Nacional é o 101, o qual se aplica específicas. O CSOSN utilizado para indicar isenção de ICMS dentro do regime do Simples Nacional é o 101, o qual se aplica específicas específicas. O CSOSN utilizado para indicar isenção de ICMS dentro do regime do Simples Nacional é o 101, o qual se aplica específicas específicas.
há isenção do imposto para o contribuinte optante pelo Simples. Para incluir o código na nota fiscal, o emitente deve acessar o sistema emissor de NF-e ou NFC-e, preencher as informações da operação e, na seção destinada à tributação e impostos, inserir o CSOSN correto no campo específico. É fundamental certificar-se da exatidão do código para
evitar rejeições e garantir a consistência fiscal da operação. Agilize o processo sem erros: use um programa emissor de nota fiscal. Para evitar erros e burocracias, o mais indicado é contar com um sistema emissor de nota fiscal. Para evitar erros e burocracias, o mais indicado é contar com um sistema emissor de nota fiscal. Para evitar erros e burocracias, o mais indicado é contar com um sistema emissor de nota fiscal. Para evitar erros e burocracias, o mais indicado é contar com um sistema emissor de nota fiscal. Para evitar erros e burocracias, o mais indicado é contar com um sistema emissor de nota fiscal. Para evitar erros e burocracias, o mais indicado é contar com um sistema emissor de nota fiscal. Para evitar erros e burocracias, o mais indicado é contar com um sistema emissor de nota fiscal en complexidade do Código de Situação da Operação do Simples Nacional e automatiza a
emissão das notas da sua empresa. Além disso, um sistema emissor de notas faz o cálculo automático dos impostos, agiliza a emissão e envio das notas, e reduz possíveis erros. Teste gratuitamente, por até 15 dias, o emissor de Nota Fiscal da Sygma e emita seus documentos de um jeito correto, seguro, rápido e fácil! Agora, ficou muito mais claro
entender como funciona o CSOSN e como ele afeta a rotina contábil do seu negócio. É muito importante ter uma base conceitual acerca desse assunto e ficar sempre atento quanto ao acerto de tributos da sua empresa. Além disso, é essencial contar com sistemas que automatizam o processo de emissão de notas fiscais, como o desenvolvido pela
Sygma Sistemas. Livre a sua contabilidade de erros e atrasos! Esperamos que esse artigo tenha tirado suas dúvidas! Para mais dicas de gestão empresarial e contábil, continue aqui pelo portal de notícias da Sygma Sistemas! Clique no player abaixo para ouvir a narração do nosso post sobre CSOSN. Deixe nos comentários a sua opinião e dúvidas
sobre o assunto! Por intermédio dos códigos tributários que, geralmente, é definido os meios de tributação —, e o Código de Situação da Operação do Simples Nacional (CSOSN) é exemplo disso. Acompanhe nosso post e descubra mais sobre este importante código. Considerando a legislação tributária brasileira, pode-se afirmar que a partir da análise
do regime de uma empresa, assim como o tipo de tributação e o serviço que é prestado, é possível enquadrá-la dentro de alguns códigos CST, já aquelas que optam pelo Simples Nacional, utilizam os códigos CSOSN.Neste post, você irá entender o que é o CSOSN,
suas diferenças para o CST e descobrirá a importância que esses códigos têm para sua empresa e na classificação de uma mercadoria. O Código de Situação da Operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (CSOSN) é uma lista enumerada de operação do Simples Nacional (C
Simples Nacional. Essa classificação tem tanta relevância, pois, conforme os ajustes feitos no SINIEF (Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais), o CSOSN deverá constar na Nota Fiscal de Produtor Eletrônica (NF-e), Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NF-e) e Cupom Fiscal Eletrônico (CF-e) Veja: "O Código de Situação da
Operação no Simples Nacional - CSOSN será usado na Nota Fiscal Eletrônica exclusivamente quando o Código de Regime Tributário - CRT for igual a "1", e substituirá os códigos da Tabela B - Tributação pelo ICMS do Anexo Código de Regime Tributário - CRT for igual a "1", e substituirá os códigos da Tabela B - Tributação pelo ICMS do Anexo Código de Regime Tributário - CRT for igual a "1", e substituirá os códigos da Tabela B - Tributação pelo ICMS do Anexo Código de Regime Tributário - CRT for igual a "1", e substituirá os códigos da Tabela B - Tributação pelo ICMS do Anexo Código de Regime Tributário - CRT for igual a "1", e substituirá os códigos da Tabela B - Tributação pelo ICMS do Anexo Código de Regime Tributário - CRT for igual a "1", e substituirá os códigos da Tabela B - Tributação pelo ICMS do Anexo Código de Regime Tributário - CRT for igual a "1", e substituirá os códigos da Tabela B - Tributação pelo ICMS do Anexo Código de Regime Tributário - CRT for igual a "1", e substituirá os códigos da Tabela B - Tributação pelo ICMS do Anexo Código de Regime Tributário - CRT for igual a "1", e substituirá os códigos da Tabela B - Tributação pelo ICMS do Anexo Código de Regime Tributário - CRT for igual a "1", e substituirá os códigos da Tabela B - Tributação pelo ICMS do Anexo Código de Regime Tributário - CRT for igual a "1", e substituirá os códigos da Tabela B - Tributação pelo ICMS do Anexo Código de Regime Tributário - CRT for igual a "1", e substituirá os códigos da Tabela B - Tributação pelo ICMS do Anexo Código de Regime Tributário - CRT for igual a "1", e substituirá os códigos da Tabela B - Tributação pelo ICMS do Anexo Código de Regime Tributário - CRT for igual a "1", e substituirá os códigos da Tabela B - Tributação pelo ICMS do Anexo Código de Regime Tributário - CRT for igual a "1", e substituirá os códigos da Tabela B - Tributação pelo ICMS do Anexo Código de Regime Tributação pelo ICMS do Anexo Código de Regime Tributação pelo ICMS do Anexo Código de Regime Tributação pelo ICMS do Anexo Código 
à classificação da mercadoria comercializada para manter-se dentro da regularidade e evitar confusão com o Fisco. Qual a diferença entre CSOSN e CST? O Código de Situação. Já o CSOSN, como já foi dito anteriormente, é utilizado por aqueles que optam
pelo regime do Simples Nacional.Ambos os códigos definem a situação tributária da mercadoria da empresa, ou seja, indicam as características de tributação: se será padrão, isenta, ou terá redução de base de cálculo, por exemplo.Assim, qualquer equívoco na classificação desses códigos em relação ao produto é capaz de gerar prejuízos para a
empresa, seja por ocasionar o pagamento de um imposto indevido, ou por deixar de pagar aqueles que eram necessários. Tais resultados acarretariam problemas fiscais, sendo suficientes para a aplicação correta desses códigos é fundamental para
obter uma gestão eficaz e eficiente. Observação: Contar com um profissional especializado em contabilidade, nessas circunstâncias, é extremamente fundamental. É ele quem te auxiliará nas decisões e ajudará a escolher o código de forma a garantir a legalidade do seu negócio. Assim, a seguir, elaboramos uma tabela com os dados que servem de
orientação para integrar um produto com relação ao CSOSN e com o CST. 1. Tabela CSOSNO Código de Regime Tributário (CRT) estabeleceu que o contribuinte que optar pelo Simples Nacional — representado pelo código "1"— precisará se atentar para os dados pertencentes ao CSOSN. Observe: A partir dessa escolha, a opção CSOSN abre 10
ramificações de alternativa, sendo cada uma delas ligada a um tipo de segmento, ficando a cargo do gestor da empresa enquadrar seu produto. Veja: Códigos (Dígitos) Descrição 101 Tributação pelo Simples com Permissão de Crédito 103 Isenção do ICMS no Simples para receita bruta 201 Simples
Nacional com Permissão de Crédito e ICMS por substituição tributária 202 Simples Nacional sem Permissão de ICMS por substituição tributária 203 Isenção do ICMS por substituição tributária 203 Isenção do ICMS por substituição tributária de ICMS por substituição tributária 203 Isenção do ICMS por substituição tributária 204 Isenção do ICMS por substituição tributária 205 Isenção do ICMS por substituição do 
anteriormente por substituição 900 Outros. (neste código estão todas as operações que não se encaixam nos demais já citados). Observação: Vale ressaltar que para identificar a origem do produto, é utilizado a tabela "A" do SINIEF, que é válida tanto para o CSOSN, quanto para o CST. Observe: Da mesma forma, ficou determinado pelo CRT que
aquele contribuinte que optasse pelo Regime Normal — representado pelo código "3"— necessitaria observar os dados referentes ao CST. Este código tem como objetivo reconhecer a situação tributária relativa ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de cada mercadoria na operação praticada. No caso do CST existe a tabela
"B", conforme estipulação do Convênio de 15-12-70- SINIEF.Fique ligado! A tabela "A", como foi dito no tópico anterior, serve para fazer a identificação da origem do produto — que pode ser nacional, importado ou equiparado à importado). Já a tabela "B", classifica a tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).
 Veja:Códigos (Dígitos)Descrição00Tributação com cobrança de ICMS por substituição tributária.40Isento.41Não tributação com redução de base de cálculo.30Isenção ou não tributação com redução de Mercadorias e
Serviços cobrados anteriormente por meio de substituição tributária.70Redução de base de cálculo e cobrança do ICMS por substituição tributária.90Outros. Assim, o CST é capaz de identificar tanto a origem, quanto a tributação de um produto na devida operação. Observação: Essas tabelas possuem prazo de efeito, então, o recomendado é verificar a
data de vigor antes realizar consultas. Vale salientar, que para a tabela "B" já há novos códigos previstos para o início de Janeiro de 2022. Assine qualquer plano mensal (Básico, Plus ou PRO) com 25% de desconto nas seis primeiras mensalidades. Bom, como você pôde perceber, a resposta para essa pergunta pode variar. Cada situação é um caso, há
mercadorias que são imunes, não tributadas ou isentas. Entretanto, uma dica de passo a passo seria:1 - Observar o regime de tributação da empresa;2 - Verificar os impostos pertinentes;3 - Alinhar ao código específico com base nas informações anteriores. 4- Buscar ajuda de um contador para evitar erros4. Quais são as principais rejeições CSOSN?É
comum ocorrer erros no momento de emitir notas fiscais eletrônicas e, por consequência, uma nota de rejeição começará a ser exibida. Entre as principais mensagens que ocorrerm e como resolvê-las. Fique ligado! 4.1 Rejeição 384 - CSOSN não permitido
para a UFA rejeição 384 é o tipo de erro que ocorre quando uma Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) for emitida com o CSOSN igual a 103 (Isenção do ICMS no Simples para receita bruta) ou 400 (Não tributado pelo Simples). Uma vez que esses dois códigos dependem de critérios específicos do Estado, eles podem ser aceitos ou não, logo,
caso a resposta seja negativa, será retornada a rejeição 384.Observe a regra de validação emitida pela Sefaz:Para resolver esse problema, você deverá escolher um dos seguintes, que também são aceitos para operações em NFC-e:102 -
```

Tributada pelo Simples Nacional sem permissão de crédito;300 - ICMS cobrado anteriormente por substituição tributária ou por antecipação;900 - Outros (a critério da UF).4.2 Rejeição 600 ocorre quando uma empresa classificada como CSOSN emite uma Nota Fiscal de Produto Eletrônica (NF-e) para um destinatário não contribuinte do ICMS e com os códigos diferentes dos listados abaixo:102 - Tributação SN, com isenção para faixa de receita bruta;300 - Imune;400 - Não tributada pelo Simples Nacional;500 - ICMS cobrado anteriormente por substituição subst